

**PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIA RECENTE DA ÁREA DA CULTURA:
NOTA TEMÁTICA DO CATÁLOGO DE POLÍTICAS PÚBLICAS****Antônio Brito**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: <antonio.brito@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2856>

Este trabalho faz uma análise do percurso das políticas culturais no Brasil a partir de uma categorização da área com base nos dados que integram a plataforma do Catálogo de Políticas Públicas.¹¹ Trata-se do cumprimento de um dos objetivos do projeto de pesquisa do citado catálogo, qual seja: produzir conteúdos que contribuam para compreender as trajetórias das políticas públicas no Brasil a partir de informações que hoje se encontram dispersas e fragmentadas entre os diversos órgãos e as diversas estruturas de estudo e planejamento do governo federal. O objetivo é elaborar notas e conteúdos qualitativos para todas as áreas temáticas de políticas presentes no catálogo e, gradativamente, a partir de um processo reflexivo, ir assegurando mais robustez ao projeto, considerando algumas dimensões, como transversalidade, horizontalidade e articulação em rede entre as várias áreas.

Para a área da cultura, fez-se necessário inicialmente contextualizar no estudo o significado teórico-conceitual das políticas culturais, as quais possuem dimensões peculiares em relação às demais áreas das políticas públicas. O passo seguinte foi analisar historicamente como e em que contexto as políticas culturais surgiram e foram se configurando no Brasil. Procurou-se, então, delimitar o período anterior e posterior à criação do Ministério da Cultura (MinC), ocorrida em 1985, tendo em vista que as políticas anteriores ao MinC praticamente não foram contempladas no catálogo devido ao fato de que elas eram implementadas pela administração indireta (institutos e fundações), que tinha como prática implementar ações sem vinculá-las a um instrumento de planejamento de políticas públicas.

Feita essa ressalva, o passo seguinte foi categorizar e agrupar as políticas mapeadas no catálogo em diversas subáreas, estabelecendo uma relação de sentido e um histórico comum entre elas a partir de uma revisão bibliográfica e de conexões evidentes em termos lógicos. As políticas identificadas e registradas na atual versão do catálogo foram, então, agrupadas, para efeito de análise, em: políticas setoriais, com foco em seis segmentos (artesanato, cinema, patrimônio, livro e leitura, museus e direito autoral); incentivos fiscais para a produção e ampliação da oferta de bens e serviços culturais; e políticas estruturantes, com foco na criação de sistemas de cultura, promoção do acesso e articulação em rede de movimentos e grupos culturais de caráter popular.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que, em bases temporais, após a criação do MinC, as políticas culturais passaram por três fases: i) 1985-1991, fase de estruturação das políticas governamentais com base em certos princípios, como democratização do acesso e afirmação de cultura como direito, tendo o ministro Celso Furtado como referência desse período; ii) 1993-2003, fase em que o ministro Francisco Weffort foi a referência fundamental, correspondente à etapa de redefinição dos instrumentos de financiamento, por meio da criação e da consolidação de leis de incentivo à cultura, envolvendo o compartilhamento da gestão cultural com o mercado; e, por fim, iii) 2003, fase de inauguração das políticas públicas pelo então ministro Gilberto Gil – fase essa que foi até a extinção do MinC, em 2019 –, as quais buscaram ampliar o espectro de atuação da cultura, envolvendo a criação

1. Disponível em: <<http://bit.ly/3XEkCJ1>>.

SUMEX

de um conjunto de novas políticas e a necessidade de ampliação do orçamento direto para incorporar fundamentalmente algumas dimensões, como diversidade, cultura popular, novas linguagens artísticas e tecnologias digitais.

Após a ruptura que se seguiu à extinção do MinC e a transferência da gestão cultural para uma secretaria vinculada primeiro ao Ministério da Cidadania, depois ao Turismo, observou-se uma tendência de paralisia, descontinuidade e desaceleração da execução de grande parte das políticas. Entretanto, novas possibilidades foram abertas em decorrência da necessidade de enfrentamento da pandemia de covid-19, medidas foram aprovadas por iniciativa do Legislativo para apoiar artistas em caráter emergencial, caso da Lei Aldir Blanc, e essas acabaram sendo renovadas em 2022, com a aprovação das chamadas leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo. Essa experiência contingencial, que requereu o repasse direto de recursos para estados e municípios, parece ter consolidado uma nova frente (agora federativa) de gestão de políticas culturais. Sendo assim, diante da recriação do MinC, em 2023, fica a incógnita acerca das condições orçamentárias para retomar o ritmo de execução das políticas em estado de paralisia ou de lentidão e, ainda, viabilizar as novas políticas recém-aprovadas pelo Parlamento e que demandam a consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, possivelmente, alguma alteração em seus pressupostos conceituais e instrumentos de planejamento.